

DECRETO-LEI 477

“Será que o 477 foi um sol no firmamento da Revolução? Foi uma estrela no céu? O que foi o 477?” Estas indagações de D. Paulo, expressas em sua entrevista aí do lado, de certa forma são respondidas por esta pesquisa que ele mesmo encomendou à Sala de Comunicação-PUC

26//1969-Decretado o decreto-lei 477

— Folha, 10/10/73: Passarinho renunciaria a ministro se a punição a estudante que reivindicou uma passarela diante da faculdade do Rio fosse verdade.

— FSP 16/10/73: Passarinho anula 8 processos em Goiás.

— ESP 26/10/73: Passarinho informa que em 69 houve 215 punições. Quando esteve no MEC, o 477 foi usado 38 vezes e “desclassificado” (não aceito) 54 vezes. O decreto-lei foi aplicado 6 vezes em 1973. Estas informações se deram no âmbito de um debate na comissão de Educação da Câmara, com Lisâneas Maciel.

— FSP 5/12/73: Houve tentativa de CPI sobre o 477 por iniciativa de Aldo Fagundes, líder da bancada do MDB. Contudo desistiu ao ver que não teria as assinaturas suficientes.

—ESP 4/5/74: De 1969 a 1974, 245 estudantes e professores foram enquadrados. Durante o gov. Costa e Silva houve 190 punições e 55 durante o gov. Médici. Em SP foram 6 punições durante C.Silva (1 secundarista incluído). Do total 229 eram universitários, 1 funcionário e 3 professores (aí não se incluem os que foram aposentados pelo AI-5)

—ESP 25/5/74: “O 477 pode ser nocivo na medida em que certas autoridades universitárias quiserem ser mais realistas que o rei. Em 4 anos apareceram 96 casos dos quais foram aplicadas apenas 40 punições” (Passarinho).

— ESP 28/5/74: Ney Braga considera inoportuna a revisão do 477

— ESP 29/6/74: Ulisses Guimarães declara fundamental sua revogação pois é uma ameaça à vida universitária do País, tanto para estudantes como para professores.

— JT 10/9/74: Passarinho aplicou umas “das mais drásticas, mais desumanas leis do mundo de todos os tempos da História Legislativa” (palavras de Paulo Brossard)

— FSP 8/10/74: Neste dia foi suspenso o mandato e impedidas as atividades do Diretório Acadêmico, enquadrando-o no artigo 3 do decreto, aplicado contra Antônio Carlos de Liz Stefren em Lages, SC.

— FSP 8/10/74: Ney defende 477 em Curitiba como um “instrumento de segurança, traqüilidade e ordem”.

— FSP- 11/10/74: Ameaça a Ant. Carlos Stefren por defender no discurso de posse do D.A. a participação cultural e política do estudante.

— FSP 31/12/1974: Ney declara não ter aplicado o 477 nenhuma vez.

— ESP 22/3/75: Passarinho não comparece dia 21/3 à PUCSP diante dos protestos dos estudantes contra a sua presença. Fora convidado para debate pelo Centro Acadêmico de Direito.

— JT 8/4/75: Foi feito um plebiscito na USP, com início dia 23/4/75 acerca do 477. A ocasião próxima foi próxima a prisão de Ricardo Oscar Komori, Evandir Vaz de Lima e Armando Frontini, presos em julho de 1974 por imprimirem, panfletos subversivos e soltos 50 dias depois por falta de provas.

— ESP 24/4/75: Tentativas parlamentares de revogação:

- 1970: Pedroso Horta, propunha revogação - 1971: J. G. de Araújo Jorge, propunha alterações

- 1971: Néelson Carneiro, propunha revogação.

— ESP 26/4/75: 95% dos votantes da USP são contra o 477. Os votos somaram um total de 70% dos alunos da USP. Odecir Kleim, do MDB-RS propõe a revogação do decreto dia 23/4/75.

— FSP 2/5/75: O plebiscito da USP soma 10 mil votos contra o 477. Celso Matsuda pronuncia-se contra o decreto na Câmara.

— ESP 18/5/75: Passarinho não é aceito na UNB devido a protesto. O mesmo tipo de “boicote” feito no Rio (UFRJ) e na PUCSP.

—FSP 15/2/78: Juarez José Gomez, punido com base no 477 no início de 1977. Universidade Rural de Pernambuco.

— FSP 16/6/78: Segundo Euro Brandão, a não-aplicação do 477 durante tanto tempo “faz crer que aquele diploma não esteja atualizado”.

— FSP 17/5/78: Lafayette Pondé, Presidente do Cons. Fed. Educação: “O 477 é dispositivo que não tem razões de aplicação e pode ser perfeitamente reexaminado”.

— ESP 17/5/78: Celso Matsuda, da ARENA, faz moção contra o 477, aprovada pela Câmara dos Vereadores.

— ESP 14/5/78: Ney Braga expulsou alunos da UnB aplicando a LSN.

— JB 20/2/79: Passarinho aceita revogação do 477 como consequência automática do fim do AI-5.